

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete Conselheiro-Substituto ERIVAN DE OLIVEIRA DA SILVA

PROCESSO: 00903/2025 – TCE-RO
SUBCATEGORIA: Aposentadoria.
ASSUNTO: Aposentadoria Voluntária por Idade.
JURISDICIONADO: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM
INTERESSADA: **Rosângela Xavier Palhano**
CPF n. ***.644.173-**
RESPONSÁVEIS: Ivan Furtado de Oliveira – Presidente do IPAM à época
CPF n. ***.628.052-**
Claudinéia Araújo de Oliveira Bortolete – Presidente do IPAM
CPF n. ***.967.302-**
RELATOR: Conselheiro Substituto **Omar Pires Dias** em substituição regimental ao Conselheiro Substituto **Erivan Oliveira da Silva**

CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. ATOS DE PESSOAL. SUJEITO A REGISTRO. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE. EXAME SUMÁRIO.

1. Registro de Aposentadoria por Idade. 2. Proventos proporcionais ao tempo de contribuição. 3. Exame Sumário nos termos do art. 37-A da IN n. 13/TCE-RO/2004 c/c a Portaria n. 2/GABPRES, de 14.4.2021. 4. Apreciação Monocrática. 5. Legalidade. 6. Arquivamento.

DECISÃO MONOCRÁTICA N. 0149/2025-GABEOS

1. Tratam os autos da apreciação, para fins de registro, da legalidade do ato concessório de aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados pela média aritmética das 80% maiores remunerações contributivas, sem paridade, em favor de **Rosângela Xavier Palhano**, CPF n. ***.644.173-**, ocupante do cargo de Professora, nível II, referência 5, cadastro n. 47755, com carga horária de 25 horas semanais, pertencente ao quadro da Secretaria Municipal de Educação – Semed, de Porto Velho.

2. A concessão do benefício foi materializada por meio da Portaria de n. 311/DIBEN/PRESIDÊNCIA/IPAM, de 8.7.2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia n. 3767, de 11.7.2024 (ID 1735958), com fundamentado no artigo 40, §1º, inciso III, alínea "b" da CF/88, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, c/c artigo 43, incisos I, II e III e artigo 77, §1º da Lei Complementar n. 404/2010, c/c §9º do artigo 4º da Emenda Constitucional n. 103/2019, retroagindo a partir de 28.6.2024.

3. A Coordenadoria Especializada em Atos Pessoal, por meio da Informação Técnica (ID 1743614), manifestou-se preliminarmente pelo atingimento do tempo necessário para aposentadoria pela regra indicada no ato concessório, e consequente remessa à apreciação monocrática do relator, em observância à verificação formal eletrônica do atendimento ao rol de documentos exigidos na IN n. 50/2017/TCE-RO e ao novel rito sumário de exame estabelecido pelo art. 37-A, da IN n. 13/TCE/RO-2004 (redação determinada pela IN n. 71/2020/TCE-RO) c/c a Portaria n. 2/GABPRES, de 14.4.2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete Conselheiro-Substituto ERIVAN DE OLIVEIRA DA SILVA

4. O Ministério Público de Contas não se manifestou nos autos em razão de se tratar de ato cujo benefício não ultrapassou o limite de 4 (quatro) salários mínimos, em conformidade com o Provimento n. 01/2020-GPGMPC, publicado no DOe TCE-RO n. 2237, de 20.11.2020.

5. É o relatório.

6. A presente análise resulta de exame sumário, nos termos estatuídos pela Instrução Normativa n. 13/2004/TCE-RO, com as alterações efetivadas pela Instrução Normativa n. 71/2020/TCERO, uma vez verificados os requisitos estabelecidos na Portaria n. 2/GABPRES, de 14.4.2021, quanto ao valor dos proventos e o pronunciamento pela legalidade do ato pelo órgão de controle interno da unidade de origem.

7. A Aposentadoria Voluntária por Idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados pela média aritmética de 80% das maiores remunerações contributivas e sem paridade, objeto dos presentes autos, com fundamento no artigo 40, §1º, inciso III, alínea "b" da CF/88, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, c/c artigo 43, incisos I, II e III e artigo 77, §10º da Lei Complementar n. 404/2010, c/c §9º do artigo 4º da Emenda Constitucional n. 103/2019, retroagindo a partir de 28.6.2024.

8. A servidora, nascida em 22.1.1964, ingressou no serviço público em 15.4.2009 e contava, na data da edição do ato concessório, com 60 anos de idade e 19 anos, 5 meses e 3 dias de contribuição, 12 anos de serviço público e mais de 5 anos no cargo em que se deu aposentadoria, conforme demonstrado na Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição (ID 1735959) e relatório proveniente do sistema Sicap Web (ID 1742875). Restam, assim, cumpridos todos os requisitos para aposentadoria voluntária por idade.

9. Ademais, os cálculos dos proventos foram realizados de acordo com o ordenamento jurídico constitucional em vigor à época da concessão, conforme se pode comprovar por meio da Planilha de Proventos (ID 1735961).

10. Desse modo, depreende-se que nada obsta que este Relator, em juízo monocrático, considere legal a concessão do benefício previdenciário em apreço, estando o Ato apto para registro.

11. Ante o exposto, alinhando-me às considerações capituladas na Informação Técnica do Corpo Instrutivo e à documentação carreada aos autos, **Decido:**

I – Considerar legal o Ato Concessório de Aposentadoria por Idade, concedido a **Rosângela Xavier Palhano**, CPF n. ***.644.173-**, ocupante do cargo de Professora, nível II, referência 5, cadastro n. 47755, com carga horária de 25 horas semanais, pertencente ao quadro da Secretaria Municipal de Educação – Semed, de Porto Velho, fundamentado no artigo 40, §1º, inciso III, alínea "b" da CF/88, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, c/c artigo 43, incisos I, II e III e artigo 77, §10º da Lei Complementar n. 404/2010, c/c §9º do artigo 4º da Emenda Constitucional n. 103/2019;

II – Determinar o registro do ato junto a esta Corte, nos termos do art. 49, inciso III, alínea "b", da Constituição Estadual, combinado com o art. 37, inciso II, da Lei Complementar n. 154/96 e art. 56 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

III – Dar conhecimento desta decisão, na forma regimental, ao Ministério Público de Contas;

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete Conselheiro-Substituto ERIVAN DE OLIVEIRA DA SILVA

IV – Dar conhecimento ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM que, em função da necessidade de maior celeridade no procedimento adotado para a efetivação do registro dessas concessões nesta Corte, a composição da pensão não foi analisada nesta oportunidade, mas poderá ser objeto de auditorias e/ou inspeções a serem realizadas na folha de pagamento dos inativos e pensionistas;

V – Dar conhecimento desta Decisão, via Diário Oficial eletrônico do Tribunal de Contas, ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, informando-os que o seu inteiro teor encontra-se disponível no sítio deste Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br);

VI – Determinar ao Departamento da 2ª Câmara que, após o cumprimento dos trâmites regimentais e legais, **proceda-se** ao arquivamento dos autos.

Publique-se. Registre-se. Notifique-se. Cumpra-se.

Porto Velho – RO, data da assinatura eletrônica.

OMAR PIRES DIAS
Conselheiro Substituto
Relator em substituição regimental